

**Governo de Pernambuco
Secretaria de Administração – SAD
Escola de Governo da Administração Pública de Pernambuco - EGAPE
Instituto de Apoio à Fundação Universidade de Pernambuco - IAUPE**

CURSO DE FORMAÇÃO – EGAPE

Especialidade: CONTROLE INTERNO

MÓDULO III

PROVA OBJETIVA – 09/06/2026

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO
Não deixe de preencher as informações a seguir.

Nome																			
Nº CPF					Nº do Doc. de Identificação										Órgão Expedidor			UF	

ATENÇÃO

1. Leia todas as instruções antes de iniciar a prova.
2. Uma vez dada a ordem de início da Prova, preencha, nos espaços apropriados, o seu Nome completo, o seu Número de Inscrição, o Número do Documento de Identificação, o Órgão Expedidor e a Unidade da Federação. Verifique se este caderno contém 20 (vinte) questões. Se o caderno estiver incompleto, com alguma falha na composição da prova ou com algum defeito gráfico que lhe cause dúvidas, informe imediatamente ao Fiscal.
3. Para registrar as alternativas escolhidas nas questões da Prova, você receberá um Cartão-Resposta de Leitura Ótica. Verifique se o Número de Inscrição neles impresso coincide com o seu Número de Inscrição. As bolhas do Cartão-Resposta referentes às questões de múltipla escolha devem ser preenchidas totalmente com caneta esferográfica azul ou preta. Respostas preenchidas a lápis não serão consideradas na correção. Marque apenas uma alternativa para cada questão. A questão que for marcada com mais de uma resposta ou rasurada será anulada. Sugere-se só marcar ao final.
4. O início da prova será às **09h (nove horas)** com duração de **02 (duas) horas**, logo se encerrará às **11h (onze horas)**. O tempo mínimo de permanência em sala é de **30 (trinta) minutos após o seu início**.
5. O IAUPE não se responsabilizará por objetos ou valores portados, esquecidos, danificados ou extraviados nas dependências dos locais de aplicação das provas.
6. A prova é **(Individual)**. A consulta ou comunicação a terceiros ensejará a atribuição de grau 0 (**ZERO**) ao(s) aluno(s). Caso isto ocorra o(s) aluno(s) deverá(ão) acatar a ordem do(s) aplicador(es) da prova, sair da sala sem atrapalhar aos colegas, devendo procurar o seu coordenador/gestor responsável para manifestar qualquer insatisfação a ser dissipada, em sendo o caso.
7. Todos os aparelhos eletrônicos deverão estar desligados, assim como todo o material que não possa ser utilizado deverá estar acondicionado próximo a mesa do professor, na frente da sala.
8. O gabarito será fornecido pela coordenação do curso em momento oportuno, assim como as notas e provas.
Valor Total da Avaliação: 10,0 (dez) - Cada questão valerá 0,50 (meio) ponto.

1. Sobre as legislações relacionadas à normatização, regulamentação, proposição, execução e prestação de contas de convênios, contratos de repasse e transferências voluntárias, é obrigatório observar os normativos estabelecidos pelos órgãos de controle e pelo concedente. Considerando o normativo que consolidou as demais portarias interministeriais, assinale a alternativa correta:

- (a) Portaria conjunta MGI/MF/CGU.424/2016.
- (b) Portaria conjunta MGI/MF/CGU.424/2024
- (c) Portaria conjunta MGI/MF/CGU.33/2026
- (d) Portaria conjunta MGI/MF/CGU.33/2023
- (e) Portaria conjunta MGI/MF/CGU.507/2011

2. No processo de captação, execução e prestação de contas, diversos atores estão envolvidos, devendo possuir regularidade documental e administrativa. Nesse contexto, o conveniente é:

- (a) É o órgão ou a entidade da 'Administração Pública direta ou indireta, de qualquer esfera de governo, consórcio público, entidade privada sem fins lucrativos ou serviço social autônomo, com o qual a administração pública federal pactua a execução de programa, projeto, atividade, obra ou serviço de engenharia, por meio da celebração de consórcio privado ou de contrato de repasse.
- (b) É o órgão ou a entidade da 'Administração Pública direta ou indireta, de qualquer esfera de governo, consórcio público, entidade privada sem fins lucrativos ou serviço social autônomo, com o qual a administração pública federal pactua a execução de programa, projeto, atividade, obra ou serviço de engenharia, por meio da celebração de acordos ou de contrato de repasse.
- (c) É o órgão ou a entidade da 'Administração Pública direta ou indireta, de qualquer esfera de governo, consórcio público, entidade privada sem fins lucrativos ou serviço social autônomo, com o qual a administração pública federal pactua a execução de programa, projeto, atividade, obra ou serviço de engenharia, por meio da celebração de contratos ou de contrato de repasse.
- (d) É o órgão ou a entidade da 'Administração Pública direta ou indireta, de qualquer esfera de governo, consórcio público, entidade privada sem fins lucrativos ou serviço social autônomo, com o qual a administração pública federal pactua a execução de programa, projeto, atividade, obra ou serviço de engenharia, por meio da celebração de tratados ou de contrato de repasse.
- (e) É o órgão ou a entidade da 'Administração Pública direta ou indireta, de qualquer esfera de governo, consórcio público, entidade privada sem fins lucrativos ou serviço social autônomo, com o qual a administração pública federal pactua a execução de programa, projeto, atividade, obra ou serviço de engenharia, por meio da celebração de convênio ou de contrato de repasse.

3. Correspondem à entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal, nem se destine ao Sistema Único de Saúde. Assinale a alternativa correta:

- (a) Convênios.
- (b) Termo de parceria.
- (c) Consórcios.
- (d) Transferência Voluntária.
- (e) Transferência Fundo a Fundo.

4. As transferências voluntárias podem ser formalizadas por diferentes instrumentos destinados ao custeio, investimentos (equipamentos) e obras. Qual modalidade de transferência voluntária destina recursos do Orçamento da União, por meio de deputados federais e senadores de um mesmo estado, para financiar obras ou serviços estruturantes na região? Assinale a alternativa correta:

- (a) Editais
- (b) Emendas individuais.
- (c) Programas.
- (d) Concessões.
- (e) Emenda de Bancada.

5. No momento da habilitação do dirigente e da entidade, o conveniente deve apresentar documentos administrativos e comprovar regularidade perante a legislação e os órgãos de controle, além de possuir declarações e certidões negativas referentes ao CAUC e ao CADIN. Considerando a Portaria Interministerial que regulamenta as transferências voluntárias, qual documento é fornecido pelo Governo do Estado e/ou pela Secretaria da Fazenda, considerando órgão estadual da administração indireta como conveniente? Assinale a alternativa correta:

- (a) Certidão do Inss
- (b) Declaração Setor específico
- (c) Certidão Receita Federal
- (d) Declarações de Regularidade
- (e) Certidão Cadin

6. O cadastro das propostas é realizado em sistemas específicos, responsáveis pelo recebimento das propostas dentro do ciclo estabelecido. De acordo com o Decreto nº 11.531/2023, qual sistema está habilitado para o recebimento das propostas? Assinale a alternativa correta:

- (a) InvestSuS
- (b) Siconv
- (c) InvestSaúde
- (d) TransfereSuS
- (e) Transferegov

7. É a parcela de colaboração financeira do _____ para a execução do objeto do instrumento, cujos limites são fixados na _____. Para a transferência de recursos no âmbito do SUS, inclusive aquelas efetivadas por meio de convênios ou instrumentos congêneres, não será exigida _____ (artigos 103 e 108 da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 15.321, de 31 de dezembro de 2025). Assinale a alternativa correta:

- (a) Conveniente / Contrapartida / LOA
- (b) Conveniente / LDO / Contrapartida
- (c) Concedente / LOA / Contrapartida
- (d) Conveniente / LOA / Contrapartida
- (e) Concedente / LDO / Contrapartida

8. Os convênios ou contratos de repasse assinados devem observar todas as exigências necessárias à sua execução. Assim, a documentação destinada ao setor responsável pela execução e pela licitação deve conter, entre outros documentos: termo de referência, cotações e mapas de preços. Em relação aos instrumentos voltados à execução de obras, qual documento específico deve ser apresentado? Assinale a alternativa correta:

- (a) Declaração de Capacidade Técnica
- (b) Declaração Objeto do Instrumento
- (c) Projeto Básico
- (d) Declaração de Cumprimento do objeto
- (e) Projeto Referência

9. Após a assinatura dos convênios ou parcerias e a execução do objeto pactuado, inicia-se a fase de prestação de contas. Nessa etapa, são indispensáveis dois relatórios que devem ser inseridos nas abas do Transferegov. Assinale a alternativa correta correspondente a esses relatórios:

- (a) Relatório Cumprimento do Convênio e Declaração de Cumprimento da Parceria
- (b) Relatório de Prestação de contas e Declaração de Cumprimento do Objeto
- (c) Relatório do Objeto e Relatório dos Objetivos
- (d) Relatório de Pagamentos Realizados e Declaração de Cumprimento do Objeto
- (e) Relatório de Cumprimento do objeto e declaração de realização dos objetivos

10. Após a execução dos convênios ou parcerias e a apresentação da prestação de contas, o concedente realizará a análise da documentação apresentada, podendo identificar três situações distintas. Assinale a alternativa correta correspondente a essas situações de análise:

- (a) Aprovada, Aprovada com Ressalva, Implementada
- (b) Aprovada, Aprovada sem Ressalva, Rejeição
- (c) Aprovada, Aprovada com Ressalva, Arquivada
- (d) Aprovada, Aprovada com Ressalva, Rejeição
- (e) Aprovada, Aprovada sem Ressalva, Implementada

11. De acordo com a fundamentação legal da LAI (Lei de Acesso à Informação), qual é a diretriz principal sobre a disponibilidade de informações públicas? Assinale a alternativa correta.

- (a) O acesso à informação pública depende da comprovação de interesse pessoal.
- (b) A divulgação de informações financeiras fica suspensa durante o ano eleitoral, a fim de garantir a igualdade entre os candidatos.
- (c) O acesso é a regra e o sigilo é a exceção.
- (d) Toda informação é pública, não existindo hipóteses de sigilo.
- (e) O fornecimento de informações públicas está condicionado ao pagamento prévio de taxas administrativas pelo cidadão solicitante.

12. Qual é o principal objetivo do Guia de Transparência Ativa do Poder Executivo Estadual? Assinale a alternativa correta.

- (a) Estabelecer sanções disciplinares para servidores que não publicarem dados.
- (b) Criar um novo Portal da Transparência centralizado para todos os municípios.
- (c) Substituir a necessidade de pedidos de informação feitos diretamente pelos cidadãos.
- (d) Fiscalizar e auditar a contabilidade interna de empresas privadas que prestam serviços ao Estado.
- (e) Auxiliar órgãos e entidades no cumprimento das obrigações da Lei de Acesso à Informação.

13. De acordo com o Decreto Estadual nº 38.787/2012, qual das alternativas abaixo representa uma informação que deve ser divulgada no Portal da Transparência?

- (a) Endereço residencial e telefone pessoal de todos os servidores.
- (b) Remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo público de maneira individualizada.
- (c) Pareceres jurídicos sobre processos de licitação ainda não concluídos.
- (d) Estratégias de inteligência policial em curso.
- (e) Detalhamento da situação fiscal e débitos tributários individuais de cidadãos inscritos em dívida ativa.

14. Sobre a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), defina o significado da sigla SIC.

- (a) Sistema de Inteligência Civil, focado na segurança nacional e sigilo de dados.
- (b) Setor de Impostos e Contribuições, responsável pela arrecadação pública.
- (c) Secretaria de Inclusão Comunitária, voltada para movimentos sociais.
- (d) Serviço de Informação ao Cidadão, unidade onde qualquer pessoa pode pedir dados aos órgãos públicos.
- (e) Sistema Integrado de Computação, plataforma digital responsável pela hospedagem automática dos sites governamentais.

15. Qual é a utilidade da integração entre o Portal da Transparência de Pernambuco e o Sistema OUVÉ.PE (sistema informatizado oficial de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo do Estado de Pernambuco)?

- (a) Permitir que o cidadão registre elogios, reclamações ou denúncias imediatamente após a consulta.
- (b) Bloquear o acesso de usuários que fazem muitas perguntas ao governo.
- (c) Substituir a necessidade de investigação policial por votações populares online.
- (d) Garantir que o cidadão possa pagar seus impostos atrasados diretamente pelo portal.
- (e) Cruzar dados de navegação do cidadão com o sistema de segurança pública para monitorar acessos a informações sigilosas.

16. O governo é obrigado a divulgar a "Carta de Serviços ao Cidadão". Este documento é um exemplo de qual prática de transparência? Escolha a alternativa correta.

- (a) Transparência Facultativa
- (b) Transparência Passiva
- (c) Transparência Sigilosa
- (d) Transparência Ativa
- (e) Transparência Judiciária

17. Por que o uso da "Linguagem Cidadã" é essencial nos portais e respostas da administração pública? Identifique a resposta correta.

- (a) Para reduzir o número de palavras e assim economizar espaço nos servidores digitais.
- (b) Para garantir que o conteúdo seja simples, claro e acessível a todas as pessoas, facilitando o entendimento.
- (c) Para manter o padrão de termos latinos e técnicos que dão autoridade ao Estado.
- (d) Para evitar que advogados consigam contestar as decisões do governo na justiça.
- (e) Para automatizar as respostas do portal utilizando inteligência artificial para que os servidores não precisem redigir textos manuais.

18. Conforme o Decreto Estadual 48.659/2020 que regulamenta a Lei nº 16.420/2018, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública estadual, quem exercerá a função de Ouvidor(a) Geral do Estado de Pernambuco na estrutura organizacional do Governo do Estado?

- (a) O(a) Secretário(a) da Controladoria Geral do Estado.
- (b) O(a) Secretário(a) de Justiça, Direitos Humanos e Prevenção à Violência.
- (c) O(a) Procurador(a) Geral do Estado.
- (d) O(a) Presidente da Assembleia Legislativa.
- (e) O(a) Defensor(a) Público(a) Geral do Estado de Pernambuco.

19. Qual é a principal função de uma Ouvidoria Pública?

- (a) Punir criminalmente os servidores que cometem irregularidades.
- (b) Atuar como um espaço de participação para receber, analisar e responder manifestações dos cidadãos.
- (c) Executar diretamente as políticas públicas e serviços de saúde e educação.
- (d) Substituir os canais de atendimento inicial, como o SAC ou 0800.
- (e) Prestar assessoria jurídica gratuita e atuar como advogado de defesa dos cidadãos em processos judiciais contra o Estado.

20. A Lei Federal nº 13.460/2017 determina que as instituições públicas devem ter canais para receber manifestações dos cidadãos. Alinhado a essa lei, o Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI) define que escutar o cidadão é uma peça-chave para fiscalizar a própria administração. Por essa razão, as diretrizes do CONACI enquadram a Ouvidoria como uma macrofunção de qual sistema do governo?

- (a) Sistema de Planejamento Orçamentário e Financeiro.
- (b) Sistema de Defesa Civil e Segurança Nacional.
- (c) Sistema de Controle Interno.
- (d) Sistema Único de Saúde (SUS) de forma exclusiva.
- (e) Sistema de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.